



A GREVE QUE LAVOU O DETRAN

CONCURSO

Sead reduz vagas no Detran para 145 quando são necessárias 1.100 vagas. O edital é previsto para novembro. **Pág. 7**



PROJETO DE LEI

Pará é destaque nacional na elaboração de proposta que garante a participação de servidores no Contran. **Pág. 8**

JUSTIÇA

Decisão derruba golpe do Detran e reconhece a legitimidade do SINDTRAN/PA como representante dos servidores. **Pág. 7**

ABANDONO

Obra parada há dois anos na Ciretran de Santarém expõe servidores e usuários a riscos. **Pág. 3**





MARCELO SARABA

A GREVE DA MORALIZAÇÃO

Nós, servidores do Departamento de Trânsito do Estado do Pará (Detran-PA), num movimento histórico, fizemos uma greve marcada pela busca da moralização da autarquia de trânsito, este ano. Lavamos a calçada do prédio sede do Detran-PA, em Belém, num protesto que simbolizou a rejeição absoluta da corrupção que assola o órgão há sucessivas administrações ao longo do tempo. Rejeitamos a pecha de servidores sujeitos a ilicitudes. Somos homens e mulheres dedicados ao trabalho e exigimos respeito. A visibilidade da greve ajudou a população a perceber que defendemos a ética na gestão pública. Conseguimos separar o joio do trigo.

Reivindicamos avanços de remuneração e de valorização profissional, mas, sobretudo, lutamos por melhorias das condições de trabalho, pela reestruturação da sede do Detran e das Ciretrans, por concurso público, transparência e investimentos para o melhor atendimento da população.

Expomos a estúpida realidade de um Detran que, apesar da arrecadação anual de cerca de R\$ 400 milhões, a segunda maior do estado, sofre com o grave sucateamento. O nosso estado é o terceiro do país em maior número de vítimas fatais e sequeladas em acidentes de trânsito, segundo o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). O Detran não pode e não deve ser encarado como um banco que apenas sustenta outros órgãos, levando fartura à publicidade, por exemplo, enquanto a fiscalização, a educação e a engenharia de trânsito vivem à míngua.

Tivemos um movimento vitorioso pelo reconhecimento da necessidade de reajuste das diárias - aliás, que contemplará todos os servidores do estado -, pela garantia da avaliação de incidência de insalubridade em setores estratégicos da autarquia, pelo reconhecimento à equiparação do Adicional de Risco Vida dos agentes de trânsito em relação aos demais agentes da Segurança Pública, pela necessidade de investimento em cursos de capacitação, melhorias da infraestrutura e das condições de trabalho e participação na elaboração do concurso público, entre outros. Vitória essa confirmada pelo não desconto e pela não reposição de 23 dias parados.

A sociedade também lucrou com a nossa greve. Denunciamos publicamente as irregularidades no Detran. A nossa pressão levou a diretoria a exonerar os gerentes fantasmas lotados nas Ciretrans de Ulianópolis, Marituba, Rurópolis, Novo Repartimento e Igarapé-Miri e até a suspender os contratos de três anos de aluguel de duas Ciretrans que nunca funcionaram em Igarapé-Miri e Oriximiná, nos valores respectivos de R\$ 180 mil e R\$ 72 mil. E, somente após o encerramento da greve, o Sistema de Segurança Pública prendeu o gerente da Ciretran de Curionópolis e um despachante acusados de comercialização da Carteira Nacional de Habilitação (CNH): Reginaldo da Silva Santos e Francisco Ítalo Duarte Barros. Três dias antes, policiais civis combateram a costumeira venda ilegal de placas e lacres na área externa do prédio sede do Detran, em Belém. Dois irmãos foram presos, dentre as 24 pessoas conduzidas à Seccional Urbana da Marambaia para averiguação: Patrício Siqueira Barros, que foi reconhecido por um usuário como tendo recebido propina para “furar” a fila do serviço de vistoria; e Carmo Siqueira Barros, que possuía mandato de prisão decretada anteriormente por receptação de roubo. Foi evidente o esforço do governo tucano em tentar sanar o desgaste público que o Detran “sofreu” numa greve longa e pautada por sucessivas denúncias de irregularidades no órgão.

Sim, lavamos a calçada do Detran com água e sabão em sinal de repúdio à corrupção. E juntos, lavamos a imagem dos servidores que em nada tem relação com os feudos eleitorais armados no Detran a cada gestão. Sabemos que a limpeza ainda não acabou. Sabemos que uma greve apenas não será suficiente para sanar todos os problemas enfrentados no Detran e nem para conquistar todos os avanços trabalhistas que almejamos, mas já temos a consciência da nossa força e de que juntos somos essenciais no processo gradativo de mudança.

Élison Maia de Oliveira.

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores
de Trânsito do Estado do Pará / SINDTRAN - PA
Vice- Presidente da Federação Nacional
dos Sindicatos de Detrans / FETRAN

JURÍDICO

AÇÕES DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

O SINDTRAN/PA, por meio da assessoria jurídica, está ingressando com ações judiciais de cobrança contra o Detran-PA para que os servidores da entidade passem a receber o auxílio-alimentação no valor de R\$ 838,80, considerando que, em outubro de 2009, esse benefício foi reduzido para R\$ 600,00.

Ação coletiva ajuizada no ano de 2010 foi julgada extinta, sem análise de mérito, pela ausência da carta sindical do então Sindetran. Por isso, a assessoria jurídica está ajuizando ações para grupos de 10 servidores. Os funcionários sindicalizados interessados em ajuizar a ação, devem procurar o Sindtran munidos de cópias da Carteira de Identidade; Cadastro de Pessoa Física (CPF); comprovante de residência; decreto de nomeação; termo de posse; contracheques dos meses de outubro e novembro de 2009; e um contracheque de cada um dos anos entre 2010 e 2015, preferencialmente dos meses de outubro); a procuração do advogado; e a ficha de filiação sindical. O servidor pode pleitear verbas retroativas da administração pública até o limite de 5 anos anteriores ao ingresso da ação judicial.

Ressaltando que, por se tratar de verbas cujo pagamento ocorre a cada mês, de prestação continuada, por mais que se ingresse com a medida judicial após ao mês de outubro de 2014, as ações poderão ser protocoladas sem qualquer prejuízo às parcelas retroativas, ressalvando a limitação temporal acima descrita.

Advogado Walmir Brelaz.

Obra parada na Ciretran prejudica servidores e usuários

A situação dos servidores lotados na Ciretran de Santarém, no Baixo Amazonas, é de grave insalubridade devido à obra iniciada em outubro de 2013 e que está paralisada há cerca de um ano e meio. Os funcionários e usuários sofrem com a poeira, ausência de forro e de ventiladores que super aquecem o ambiente de trabalho. O recente falecimento da servidora Iracema Pereira Lisboa, evidenciou a preocupação com o impacto na saúde dos trabalhadores. Houve paralisação nos dias 20 e 21 de agosto.

Iracema possuía 33 anos de trabalho dedicados ao Detran. Ela sofreu de doença respiratória. Há suspeita de suposta falta de manutenção do ar-condicionado da sala em que ela trabalhava. Na última quarta-feira, os trabalhadores suspenderam o atendimento por 30 minutos após o funcionário Felipe Galúcio ter passado mal. No dia seguinte, o expediente foi suspenso pelos servidores, que procuraram o Ministério Público do Estado. A promotora de justiça Maria Raimunda, anunciou que pedirá vistorias do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária.

O servidor Miguel Ângelo Costa explica que a Ciretran funciona num galpão próprio do Detran, cuja obra visa a adaptação do prédio. “O ambiente de atendimento ao público ficou insuportável. Tiraram o forro e os ventiladores. O telhado de zinco deixa o ambiente muito quente e a iluminação é precária. Há muito calor, poeira e cocô de pombo. Algumas pessoas sofrem de alergia, como eu.” Por um período, os funcionários ficaram até sem banheiro, o que foi viabilizado com recurso particular de um ex-gerente da unidade.

O presidente do SINDTRAN/PA, Élison Oliveira, esteve na Ciretran de Santarém duas vezes. “Em 2014, o sindicato cobrou a retomada da obra no local, mas a retomada do processo



Local de atendimento ao público possui pouca ventilação e não tem forro. O telhado de zinco possibilita um ambiente calorento

licitatório foi postergada”, informou o diretor de comunicação do sindicato, Vagner Nogueira.

Em razão dos transtornos, o horário de expediente, que antes funcionava das 8 às 14 horas, foi reduzido para às 12 horas, no ano passado. “O Detran publicou licitação para contratar uma empresa que vai concluir a obra. O pregão será realizado em setembro”, informou Miguel Ângelo.

SINDTRAN VAI PROCESSAR DETRAN POR MAIS SEGURANÇA A AGENTES

Logo após o agente do Detran Ter sido atropelado numa barreira de fiscalização, no município de Tucuruí, Sudeste do Pará, ocorrido na noite de 18 de julho, o Sindtran-PA decidiu interpor representação junto ao Ministério Público do Estado contra a autarquia, além de processá-lo pelo agravamento do risco a que tem submetido os agentes de fiscalização devido à falta de investimentos para a infraestrutura necessária ao desenvolvimento da atividade laboral.

O vice-presidente do SINDTRAN/PA, Reyson Gibson, aponta o descumprimento do artigo 320, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o qual determina que a receita arrecadada com a cobrança de multas seja aplicada exclusivamente em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, de policiamento, fiscalização e educação de trânsito.

A existência de uma barreira plástica, equipamento fundamental na fiscalização que estava sendo realizada em Tucuruí, poderia ter prevenido o atropelamento do agente de fiscalização Antônio Hélio Alves dos Santos. O motociclista Juvenal José Silva desobedeceu a ordem para parar na barreira e atingiu o servidor, que sofreu um traumatismo craniano leve. A vítima foi socorrida numa ambulância, recebeu o atendimento inicial na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da cidade e foi transferida para o Hospital Regional de Tucuruí, de onde recebeu alta no dia seguinte.

O teste do bafômetro confirmou que o condutor havia consumido bebida alcoólica antes de dirigir, pois o equipamento registrou 0,99 mg/litro. Além disso, Juvenal não possuía a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Ele foi apresentado na Seccional Urbana de Tucuruí, onde foi autuado por lesão corporal e enquadrado nos seguintes delitos de trânsito: desobedecer a ordem de parar na barreira e dirigir sob o efeito

de álcool e sem permissão. Ele foi recolhido ao Centro de Recuperação Regional de Tucuruí.

“O Detran é responsável pelo aparelhamento capaz de oferecer condições de trabalho com segurança, como rádios, celulares funcionais, barreiras plásticas, cones e tambores reflexivos, lanternas de sinalização noturna, talonário eletrônico, viaturas em condição de uso e em quantidade suficiente - as que possuímos, hoje, estão sucateadas e em número reduzido”, resumiu.

No último dia 20, o agente de trânsito Rafael Jansen foi agredido durante uma operação de fiscalização montada na Avenida Doutor Freitas com a Avenida Pedro Miranda, em Belém. O motociclista Guilherme Félix da Silva Júnior, que transitava com a placa encoberta, desobedeceu a ordem de parada, em seguida, se recusou a entregar o veículo para remoção e acabou desferindo chutes no agente. Ele foi conduzido à Seccional Urbana da Pedreira, onde foi lavrado o Termo Circunstanciado de Ocorrência por desacato, desobediência e vias de fato. Ele foi liberado, mas o veículo e a CNH dele foram recolhidos.

Reyson destaca que, nos últimos doze meses, o sindicato contabilizou outras quatro tentativas de atropelamento, além de agressões físicas e ameaças com armas de fogo e facas, que totalizam 15 ocorrências registradas na esfera policial.

“Denunciamos todos os casos ao Detran e cobramos a devida responsabilização, mas as providências não foram tomadas e as situações de violência contra agentes de trânsito só aumentam. O estado tem responsabilidade objetiva, pois está se omitindo por não dar condições de segurança no exercício da função.”



SERVIDORES VÃO À LUTA

A greve dos servidores do Detran/PA, deflagrada em 28 de maio e encerrada em 19 de junho, contou com a adesão maciça da categoria, em cerca de 80%. A união fez a força em manifestações diárias na capital e no interior do Pará, em frente aos prédios do Detran e Ciretrans, sob o comando do presidente do SINDTRAN/PA, Élison Oliveira. O movimento se notabilizou pelos protestos de rua e denúncias de irregularidades na autarquia durante os 23 dias de paralisação pacífica e pautada na legalidade, que culminaram com um acordo junto ao governo do estado.

Na capital, os grevistas fizeram caminhada na Rodovia Augusto Montenegro para chamar a atenção da população e, em frente ao prédio sede do órgão carregaram um caixão com tinta vermelha e cruzeiros de madeira simbolizando as vítimas de trânsito e a precariedade de investimento na política estadual do setor. O protesto contou com a presença do deputado federal Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), que se solidarizou aos grevistas.



Foto: Isaias Libório

4 **Protesto: grevista se acorrenta às grades da Ciretran de Itaituba.**

Entre os principais atos públicos, também houve a lavagem da calçada do Detran. Os servidores usaram água, sabão e vassouras para se posicionar contra o histórico de corrupção da autarquia. Também houve a caminhada do Posto Avançado do Detran até a Secretaria de Estado de Planejamento (Seplan), na Avenida Doca de Souza Franco, e outra grande caminhada saiu da Secretaria de Estado de Administração (Sead) até o Centro Integrado de Governo (CIG), percorrendo as Avenidas Almirante Barroso e José Malcher. Além das caminhadas que culminaram em protestos com carro som em frente ao Ministério Público do Estado e à Assembleia Legislativa do Pará.

No primeiro dia de greve, a diretoria do SINDTRAN foi recebida pelo secretário de Segurança Pública e Defesa Social, Jeannot Jansen. As negociações tiveram continuidade com o chefe da Casa Civil, José Megale, e o diretor geral do Detran, Nilton Atayde, assim como os deputados estaduais Iran Lima (PMDB) e Soldado Tércio (PROS). Os grevistas também foram recebidos pelo secretário de Planejamento, José Colares, pela promotora de justiça Maria da Penha e por vários deputados na Alepa, incluindo o presidente Márcio Miranda (DEM) e o líder de governo Eliel Faustino (SD).

No interior, a participação na greve foi de 60% dos servidores. Muitas Ciretrans permaneceram fechadas durante o mês de junho. Correu o Pará as imagens fortes dos servidores acorrentados aos portões da Ciretran de Itaituba, em sinal de protesto. As denúncias de irregularidades culminaram com a exoneração de seis gerentes de Ciretrans, em Ulianópolis, Marituba, Rurópolis, Novo Repartimento e Igarapé-Miri, sendo que um deles acabou preso, acusado de venda de Carteiras de Habilitação em Curionópolis. Ainda, conseguiu-se o cancelamento de dois contratos de aluguel de imóveis não utilizados pela autarquia em Igarapé-Miri e Oriximiná.

“Foi uma greve regular e pacífica, que uniu ainda mais a categoria na luta pelos direitos dos trabalhadores, pela reestruturação das Ciretrans e pelo fim do tráfico de influência política nas operações de trânsito no interior do Estado”, destaca Élison.



Foto: Assessoria de Imprensa

23 dias

DE GREVE NA CAPITAL E NO INTERIOR DO ESTADO. SERVIDORES LUTARAM PELA VALORIZAÇÃO E DENUNCIARAM IRREGULARIDADES NA AUTARQUIA.

ACORDO FIRMADO COM O GOVERNO

- 01.** Reajuste das diárias para todos os servidores públicos do estado, em valor não informado, até setembro de 2015;
- 02.** Sempre que necessário, a administração do Detran requisitará a análise técnico-científica ao governo do estado para avaliar a necessidade de concessão do direito ao Adicional de Insalubridade na estrutura do órgão, na capital e no interior;
- 03.** O Sindtran vai indicar estabelecimentos de atendimento de saúde no interior do estado a fim de que possam ser credenciados junto ao Plano de Assistência à Saúde (PAS) do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará (Iasep) para a ampliação da rede de serviços, observada da política de atendimento dos servidores lotados no interior do estado;
- 04.** Revisão da Lei de Gratificação de Adicional de Risco de Vida, equiparando os fiscais de trânsito com os agentes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. O decreto governamental ficou de ser publicado até setembro;
- 05.** Viabilização de todas as providências necessárias para a aplicação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), inclusive a elaboração de decreto governamental, se necessário;
- 06.** A interação permanente do Detran com o Sindtran para tratar dos problemas inerentes à gestão da autarquia, com vistas à melhor administração e eficiência do órgão de trânsito, melhores condições de trabalho e de vida dos servidores e melhor prestação de serviço à população, inclusive, no que diz respeito à reestruturação das Ciretrans;
- 07.** O não desconto dos dias parados;
- 08.** Compromisso de instalação uma Mesa Permanente de Negociação do SINDTRAN com o Governo (Casa Civil, SEGUP, SEAD e

DETRAN) por portaria publicada na IOEPA pela Secretaria de Estado de Segurança Pública;

- 09.** O Detran colaborará com o Sindtran nos estudos, análise e elaboração de um Anteprojeto de Revisão da Lei n.º 7.594/2011 que dispõe sobre a Reorganização Administrativa da Autarquia;
- 10.** O Detran disponibilizará ao SINDTRAN o Cronograma de Investimentos e Plano de Execução de obras e serviços, para os próximos 24 meses, nas Ciretrans, Sede e Postos Avançados da Capital, garantindo a transparência e o acompanhamento do Sindicato no processo de recuperação logística e operacional da Autarquia, assim como de qualificação e treinamento técnico dos servidores.



Foto: Assessoria de Imprensa

Diretoria do SINDTRAN reúne com Secretário Megale

APOSENTADOS GANHAM ATUALIZAÇÃO DOS PROVENTOS

O SINDTRAN/PA conseguiu garantir o direito de equiparação dos proventos de aposentados e pensionistas do Departamento de trânsito do Estado (Detran-Pa) em relação aos servidores da ativa, com base no Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR) da categoria, em vigor desde janeiro de 2014 por meio da Lei 7.796/14. A atualização e os pagamentos retroativos foram viabilizados pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev) na folha de pagamento do mês de julho.

No último dia 29 de Julho, o presidente do SINDTRAN, Élison Oliveira, e um grupo de aposentados do Detran reuniram-se com o presidente do Igeprev, Alan Gomes Moreira, e a diretora de Previdência do órgão, Renata Faciola, para encaminhar a solução de alguns casos pendentes de atualização. A reunião ocorreu na sede do instituto. Ao todo, foram contemplados 55 aposentados e dois pensionistas, totalizando o incremento na folha do Igeprev de julho em R\$ 322 mil, sendo R\$ 308.86,27 pagos aos inativos e R\$ 14.905,99 aos pensionistas, incluindo o retroativo quitado.

“Trabalhei 33 anos no Detran-PA, desde a época em que ainda era delegacia. Fomos aposentados com direito à paridade (em relação aos funcionários da ativa), mas temos que ficar correndo atrás dos nossos direitos. Porque a gente fica no rol dos esquecidos. Só temos a agradecer ao SINDTRAN que nos ajudou”, comemorou a aposentada Rosa Costa. “Conseguimos essa vitória através do sindicato”, ressaltou o aposentado Célio Jorge Corrêa, que dedicou 51 anos de trabalho à autarquia de trânsito. Também participaram da reunião, as aposentadas Leonor Montanha, Regina Célia Rodrigues e Edna França.

“Há cerca de três meses vínhamos negociando com o Igeprev. Precisamos contar com a colaboração do Detran no envio da ficha fun-



Presidente do Sindtran, Élison Oliveira, e aposentados do Detran reúnem com o presidente do Igeprev, Alan Gomes

cional dos aposentados para que o instituto pudesse constatar os casos em que poderia ser feita a atualização e calcular o pagamento, incluindo o retroativo. A maioria já foi contemplada, mas ainda há pendências em relação a três ou quatro casos de aposentados e à maioria dos pensionistas, que serão revistos pela assessoria jurídica do Igeprev”, observou Élison.

O presidente do Igeprev reforçou que a atualização atende somente aos que se aposentaram até dezembro de 2003 e aos pensionistas cujos óbito do familiar tenha ocorrido também até esse período, pois estes têm a paridade remuneratória garantida pela Constituição Federal. “Mais de 90% do que foi pleiteado já foi atendido”, declarou.

MPE recebe denúncia contra IASEP em Santarém

A Comissão “Todos pela Saúde do Iasep”, que reúne servidores públicos de cerca de 15 órgãos do governo do Pará em Santarém, inclusive do Detran, denunciaram ao Ministério Público do Estado o descaso com que o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará (Iasep) vem tratando os cerca de 6 mil usuários do Plano de Assistência à Saúde (PAS) na Região do Baixo Amazonas. Os trabalhadores solicitam a intervenção imediata do MPE para que o instituto seja obrigado a oferecer exames e serviços de especialidades médicas e implante os serviços de baixa, média e alta complexidade. O documento foi recebido pela promotora de justiça Duli Sanai, no último dia 29 de julho.

A comissão, em que o SINDTRAN/PA é representado na região pelo servidor Miguel Ângelo, constatou o atraso do Iasep no repasse do pagamento dos serviços prestados por estabelecimentos e profissionais de saúde, que ultrapassa os 90 dias de prazo definidos em contrato. A demora ocorre porque o processo de pagamento dos serviços prestados em todo o estado é centralizado em Belém. A gota d’água ocorreu no último mês de junho, quando o Hospital Sagrada Família-São Camilo, único prestador de serviços de atendimento de urgência e emergência e de internação, suspendeu o atendimento pelo Plano PAS, deixando servidores, segurados e dependentes a ver navios.

Pressionado pela comissão, o Iasep contratou o hospital João XXIII, no início de agosto. Porém, os servidores afirmam que o novo estabelecimento não oferece as especialidades médicas que o anterior, mas somente dois médicos clínicos gerais, apesar da propaganda governamental anunciar o contrário. “O desconto no contracheque para o pagamento do PAS é de 6% do rendimento bruto. Mas estamos sem a assistência mínima. Temos que comprar passagem para ter atendimento em Belém”, reclama a professora Eliana Mara.

No dia sete de junho, a comissão de servidores recebeu a presidente do Iasep em Santarém, Íris Gama, para cobrar solução aos graves problemas de atendimento. No entanto, a crise se manteve. Além do restabelecimento imediato do atendimento de urgência e de emergência e de internação, os usuários reivindicam ao MPE a apuração de possíveis



Servidores de vários órgãos do Estado entregam denúncia à promotora de Justiça Duli Sanai

pagamentos de serviços médico-hospitalares a empresas apresentadas no site oficial como credenciadas em Santarém, mas que não prestaram os serviços na região.

Outro pedido entregue é para que o instituto seja compelido a descentralizar o processamento dos pagamentos dos exames, consultas e demais procedimentos médicos realizados em Santarém, bem como da análise e julgamento das cobranças, e que seja designado um auditor para a Gerência Regional de Santarém.

O presidente do SINDTRAN, Élison Oliveira, lembra que a demanda pela ampliação da rede de atendimento aos servidores do interior do estado é antiga e que a precariedade dos serviços é uma realidade em várias regiões do estado, inclusive, também foi pauta de reivindicação da greve dos trabalhadores do Detran, este ano. Ele está solicitando a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Pará para discutir o assunto crise no Iasep.

JUSTIÇA GARANTE LEGITIMIDADE DO SINDTRAN

O SINDTRAN conseguiu, no dia 16 de julho/2015, sustar a decisão judicial que proibia a entidade de promover atos sindicais e pronunciamentos públicos. A tutela antecipada foi concedida há quase um mês, pelo juiz da 3ª Vara da Justiça do Trabalho, Julianes Moraes das Chagas, em ação movida pelo Departamento de Trânsito do Estado do Pará (Detran/PA). O objetivo da autarquia era encerrar, a qualquer custo, a greve dos servidores, ocorrida entre os dias 28 de maio e 19 de junho deste ano.

O Sindtran/PA conseguiu provar, de forma irrefutável, que o Detran cometeu um erro ao prestar informações incompletas acerca da legitimidade da entidade sindical. A decisão foi revogada pelo mesmo magistrado. “Mesmo cientes do equívoco, cumprimos a decisão e mantivemos a confiança de que seria revertida por meio da contestação ajuizada”, completou o assessor jurídico do sindicato, Walmir Brelaz.

O Sindtran/PA foi fundado em 05/12/2013, e, em 2014, o Sindicato dos Servidores Públicos Civis do Estado do Pará (Sepub) formalizou, em assembleia geral, o reconhecimento do SINDTRAN como representante legítimo dos servidores do Detran, decisão esta que foi comunicada à direção do órgão governamental.

“No intuito de encerrar a greve dos trabalhadores a qualquer custo, o Detran ajuizou uma ação em que omitiu informações. Porém, para nós trabalhadores do Detran, foi uma decisão inócua porque a assembleia geral já havia deliberado pelo fim da greve antes da notificação da justiça, em razão de uma negociação firmada entre o SINDTRAN, a Casa Civil, a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) e o Detran, na véspera”, afirmou o presidente do sindicato, Élisson Oliveira. (Processo: 0000812-31.2015.5.08.0014).



Governo reduz vagas do concurso do Detran

No último dia 11 de agosto, a Secretaria de Estado de Administração (Sead) determinou em 145 o total de vagas que será disponibilizado no concurso público do Detran-PA, este ano. O número está muito aquém das 1.100 vagas pleiteadas pelo Sindtran, desde o ano 2013. O sindicato vai tentar ampliar as vagas por meio do diálogo junto ao governo do estado. O edital do certame está previsto para novembro.

A Sead alega falta de recursos para arcar com o preenchimento de mais vagas, pois o valor que o governo dispõe para acréscimo na folha de pagamento do Detran totaliza R\$ 450.107,31. Na proposta da Sead, o quadro de vagas ficaria dividido em 40 cargos para agentes de fiscalização, todos voltados para o interior do estado; e 105 cargos de assistentes administrativos, sendo 95 para o interior e dez vagas para Belém.

Porém, o presidente do Sindtran-PA apresenta outro argumento: “Estatisticamente, novos concursos nos Detrans elevam de 20% a 30% a receita anual, além da sazonal, desde que amplie toda a rede de atendimento, com mais vistoriadores, analistas, assistentes e auxiliares de trânsito, fiscais, operacionais, etc.” O concurso com validade de dois anos pode ser prorrogado por mais dois anos, chegando a 2019, período em que a receita do Detran terá elevação acentuada e a receita do Estado deverá melhorar substancialmente, conclui.

“Ainda há tempo de negociar com o Chefe da Cada Civil, José Megale, com o secretário de Segurança Pública do estado, Jeannot Jansen, e com o próprio diretor geral do Detran, Nilton Atayde, uma alternativa para a dificuldade orçamentária, mediante a nomeação escalonada e anual dos aprovados até 2018. O valor total da folha do Detran está acima de R\$ 7 milhões por mês. Com o número adequado de servidores conseguiremos, não apenas aumentar a arrecadação, mas reduzir as estatísticas negativas de acidentes de trânsito.”

O Detran assinou em julho de 2014, um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Estado do Pará (MPE) que determina o distrato de mais de 200 servidores temporários e a realização do concurso público. O déficit de pessoal da autarquia está acima de 1 mil vagas, mas, atualmente, o Departamento de Trânsito dispõe de 772 cargos vagos para concurso público.

“Desde o ano 2008 não se realiza concurso para a autarquia. Esperamos que esse impasse seja superado o mais breve possível sob pena de o governo do Pará e o Detran, por negligência, alimentarem ainda mais a vergonhosa e crescente estatística estadual de acidentes de trânsito”, ressalta o sindicalista.

Servidores buscam aumento do auxílio-alimentação

A decisão liminar do juiz Elder Lisboa, respondendo pela 2ª Vara da Fazenda da Capital, inaugurou o entendimento no Judiciário Paraense de que os servidores do Detran/PA tem direito à atualização do valor do auxílio-alimentação, que subiria dos atuais R\$ 629,10, pagos hoje, para R\$ 838,40. O processo foi ajuizado pela assessoria jurídica do SINDTRAN/PA. Porém, a tutela antecipada concedida no último mês de junho foi suspensa por meio de recurso interposto pela autarquia.

“Desde a fundação do novo sindicato dos servidores do Detran, a assessoria jurídica vem ajuizando ações em grupos de dez servidores. A decisão do juiz Elder Lisboa reconhece o direito dos trabalhadores que, apesar de ter tido a tutela suspensa, nos trás a esperança de uma decisão favorável ao final da ação, na sentença de mérito”, destaca o secretário do SINDTRAN, Sidney Monteiro.

Os servidores do Detran, no ano de 2009, tiveram o auxílio alimentação reduzido em R\$ 200, e sofreram o congelamento do benefício nos anos seguintes. “O auxílio-alimentação é uma verba indenizatória que

deve ser atualizada anualmente através da reposição da inflação devida. Não estamos lutando por nenhuma vantagem adicional em relação aos demais servidores públicos do estado.”

A decisão contempla os seguintes servidores: Moisés Pedro do Socorro Pereira de Sousa, Olavo Glicério de Athayde Cavalcante, Paula Cristiane Viana da Costa, Raimundo Jorge dos Santos Brasil, Renato Alves Mendonça, Rene Nordeste Correa, Rosely Souza Pereira, Sérgio Antônio Lima Barros, Sílvia Maria Nascimento Therezo, Waleska Teixeira dos Santos. Eles são autores de uma das Ações Ordinárias de Cobrança com Obrigação de Fazer, que estão sendo ajuizadas em favor de vários grupos de servidores do órgão, representados pelos advogados Walmir Brelaz e Sophia Nogueira, do SINDTRAN.

A decisão de Lisboa foi comemorada pelo sindicato, pois abre precedente para que outras ações idênticas venham a receber decisões favoráveis. O objetivo do SINDTRAN também é buscar o pagamento retroativo da atualização que deixou de ser paga aos trabalhadores, desde 2009.

PROJETO DE LEI INCLUI AGENTES DE TRÂNSITO NO CONTRAN

O protagonismo do SINDTRAN/PA ganhou destaque nacional com a elaboração do projeto de lei que altera o art. 10 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503) para incluir agentes de trânsito na composição do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A proposta foi aprovada no V Congresso Nacional da Federação Nacional dos Sindicatos dos Detrans (Fetran), ocorrido em Brasília, no último mês de abril. O PL foi apresentado na Câmara Federal, pelo deputado Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), em 19 de junho.



“Essa é uma importante reivindicação da categoria dos trabalhadores de trânsito do país que visa democratizar as discussões e deliberações sobre a Política Nacional de Trânsito. “O Contran não pode continuar a ser uma instância exclusivamente governamental, os trabalhadores podem e devem ocupar o Conselho Nacional, órgão que regula e normatiza o trânsito de nosso país”, destaca o presidente do SINDTRAN/PA e vice-presidente da Fetran, Élison Oliveira, a quem coube a articulação política para que o projeto fosse protocolado.

O objetivo do PL é que o Contran passe a ser composto por dez representantes dos servidores públicos efetivos ou estáveis dos órgãos ou entidades executivos de trânsito no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Ainda, que os membros do conselho sejam designados pelo ministro ou dirigen-

te coordenador máximo do Sistema Nacional de Trânsito, após serem indicados, respectivamente, por cinco entidades de grau superior (federação, confederação ou central sindical), que possuam sindicatos filiados representativos de categorias de servidores públicos efetivos dos órgãos ou entidades executivos de trânsito.

“O Brasil tornou-se referência do debate internacional acerca do aprofundamento da reforma democrática, com experiências participativas nas políticas públicas. Os conselhos instituem uma nova modalidade de relacionamento da sociedade com o Estado”, avalia o deputado. “Como atores diretos na execução da política pública os agentes de trânsito podem trazer para o Conselho relevantes contribuições que favoreçam a construção de uma política pública mais efetiva e condizente com as realidades locais, buscando diminuir as estatísticas assustadoramente altas de acidentes no trânsito”, justifica Edmilson.

EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores de Trânsito do Estado do Pará - SINDTRAN/PA

Diretoria Executiva:

Presidente Élison Oliveira
Vice-Presidente Reyson Gibson
Secretário Sidney Monteiro
Diretor Financeiro Deninson Maia
Diretora Jurídica Elizabeth Carvalho
Diretor de Comunicação Vagner Nogueira
Diretor de Esporte, Cultura e Lazer Valentim Neto
Diretor de Aposentados Waldemir Silva
Jornalista responsável Enize Vidigal /
SRTE-PA 1547
Diagramação Laís Yamaguchi

Publicado em agosto/2015
Tiragem 1.000 exemplares

Endereço:
Av. Augusto Montenegro, Conj. Panorama XXI,
Qd. 18, n.º 08 (altos), Bairro Mangueirão.
CEP 66.640-115. Belém/PA.
Fone: (91) 3015-3650
Site: <http://sindtranpa.org.br/>
E-mails:
contato@sindtranpa.org.br sindtranpara@gmail.com
Redes sociais: <https://www.facebook.com/sindtranpa>
<https://twitter.com/sindtranpa>



REPÓRTER SINDTRAN

CAOS

A construção do Terminal de Integração do BRT em terreno do Detran cedido à Prefeitura de Belém, já está causando transtornos aos mais de 1 mil usuários e servidores que frequentam o órgão diariamente. Faltam vagas de estacionamento e sobram dificuldades no acesso às áreas de exame prático e vistoria veicular. O SINDTRAN pressiona a autarquia e a Casa Civil a assinarem um Termo de Cessão de Uso de um terreno próximo para que o estacionamento seja ampliado.

SEM RESPOSTA

Quanto o Detran/PA arrecadou com multas entre os anos de 2010 e 2015? E quanto aplicou em sinalização, engenharia de tráfego, de campo, policiamento, fiscalização e educação no trânsito? A essas perguntas, feitas pelo SINDTRAN/PA, por meio de ofício, o Detran respondeu que somente informará na justiça.

CRESCIMENTO

Apesar do silêncio do Detran, Secretaria da Fazenda do Estado (Sefa) divulgou que, entre janeiro e junho deste ano, a receita própria do Pará alcançou R\$ 5,2 bilhões, num crescimento de 5,4% em comparação ao mesmo período de 2014, quando a arrecadação chegou a R\$ 4,6 bi. Nesse contexto, o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) cresceu 2%, passando de R\$ 226 milhões para R\$ 248 mil.

CONGRESSO 1

A Fetran realizará três eventos num só, em Brasília, entre 14 e 20 de setembro. Serão o Congresso, o Encontro Nacional dos Servidores dos Detrans e a Assembleia Geral. Na pauta, estão o diálogo com parlamentares e a discussão de projetos de lei sobre servidores públicos e os Detrans e também da Lei Geral dos Órgãos de Trânsito.

CONGRESSO 2

Os desafios para um trânsito seguro serão debatidos no I Congresso de Trânsito, Logística e Mobilidade, que a Associação Nacional de Detrans (AND) realizará entre os dias 2 e 3 de dezembro, em Foz do Iguaçu, no Paraná.

SEM NOÇÃO

Com apenas sete vistoriadores para atender a frota acima de 100 mil, a população de Marabá padece diariamente na Ciretran em longas filas para o serviço de vistoria. Pior, quase que diariamente a equipe fica desfalcada com o envio de servidores para o parque da Vip Leilões, distante 10 Km, para vistoriarem veículos que não estão removidos em definitivo.